

Angelo Passos

É jornalista e escreve aos domingos neste espaço

E-mail: apassos@redegazeta.com.br

/// O debate sobre a indexação proposta por Temer é bem intencionado, mas não pragmático. A prioridade é limitar gastos para deter o avanço da dívida pública

Chover no molhado

Está chovendo no molhado o debate atual sobre indexação. Reclama-se que o governo Temer indexará os seus gastos ao limita-los à variação do IPCA (inflação oficial, apurada pelo IBGE). Tal prática, porém, não é inédita. A grande maioria das despesas primárias (exclui juros) da União é indexada ao salário mínimo, ou à inflação, ou ao PIB, ou à arrecadação tributária. O Plano Real cometeu a omissão de não desarmar essas ligações.

O Brasil tem um dos níveis de indexação mais altos do mundo no setor público, e se espalha em toda a atividade econômica. Cerca de 30% dos preços que compõem o IPCA são indexados, condição que alimenta o processo inflacionário. Além da indexação à inflação (inclusive preços administrados), também campeia a indexação com base em outros ativos, como o dólar.

A indexação é um grave obstáculo ao ajuste fiscal pelo lado da despesa, que o governo Temer terá de fazer. Veja: com a economia em recessão, receita minguada e inflação em alta, como neste ano, é possível aumentar os gastos seguindo a inflação? Talvez, nem congelar seja possível. Por isso, não se deve dar como descartado o aumento da carga tributária, tornando mais elevado o custo do ajuste fiscal. Vale lembrar que o sacrifício é prolongado, porque o resultado esperado do ajuste – obtenção de superávits – só é viável em longo prazo.

É evidente que com gastos menos indexados seria mais fácil para o governo cortar despesas. Mas, neste momento, com buraco de R\$ 170,5 bilhões nas contas e crescimento galopante da dívida pública, é indispensável estabelecer um teto para os desembolsos. Eles têm tido

crescimento real (acima da inflação) de 6%. O debate sobre indexação é necessário, mas pode ficar para o futuro.

O ajuste fiscal pelo lado da despesa também exige redução de gastos com a Previdência. Sem isso, ou se aumentarem impostos, ou haverá menos dinheiro para outras função do governo, como saúde e segurança, ou amanhã aposentados poderão ficar sem receber benefícios.

